

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA PARA 2022

ENQUADRAMENTO

Pelo segundo ano a construção do Orçamento da Câmara Municipal de Almada acontece num cenário de grande incerteza a nível macro-económico.

A Pandemia COVID-19 continua a marcar o quotidiano das famílias, das empresas e dos Estados, conduzindo a situações de crise económica e social que é necessário combater, minorando os seus efeitos e originando impactos que afetam a arrecadação de receitas e as opções de despesa.

As tendências inflacionistas que se tornaram evidentes em 2021 ameaçam prolongar-se por 2022 e, com elas, eventuais subidas nas taxas de juro de referência. Os preços crescentes da energia, nomeadamente nos combustíveis e eletricidade, que afetam todo o sistema económico global não mostram sinais de abrandamento. As dificuldades sentidas na logística e redes de distribuição e abastecimento de produtos e matérias-primas traduzem-se igualmente no aumento dos custos dos materiais de construção e outros consumos intermédios, com reflexos evidentes nos orçamentos municipais.

Ao cenário de grande incerteza em termos económicos, junta-se o período crítico que atravessamos no que respeita às alterações climáticas, que nos obrigam a todas as decisões de investimento e de mudança de comportamentos compatíveis com os objetivos definidos a nível internacional.

Em termos europeus, e em particular no que respeita à Política de Coesão, 2022 é um ano de transição, em que se evidencia a mudança entre dois quadros de programação plurianual (2014-2020 para 2021-2027). Ano em que coexiste o encerramento do Portugal 2020 e o início do Portugal 2030 e em que se sobrepõe o Programa de Recuperação e Resiliência, construído como medida fundamental ao combate à Pandemia.

A incerteza e a mudança são dois conceitos que também marcam a política e economia nacional. O chumbo do Orçamento de Estado para 2022 e conseqüente dissolução do Parlamento e marcação de eleições legislativas não contribuem para a estabilidade e segurança das previsões e estimativas em que se baseia qualquer exercício orçamental.

Acresce a todas estas dificuldades acima descritas o facto de 2022 ser o ano apontado para a descentralização efetiva para os municípios de todas as competências previstas no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o que, em particular nas áreas da educação e da saúde, obriga à reorganização dos serviços municipais, ao reforço e qualificação dos seus recursos humanos e ponderada afetação dos recursos financeiros disponíveis.

É neste quadro que se apresenta o orçamento para o primeiro ano do mandato resultante das eleições autárquicas de setembro.

ORÇAMENTO DE 2022

O Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 2022 apresenta um valor global de 142 M€, mais 14 M€ do que o orçamento inicial de 2021.

Conforme definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual versão, cujos princípios são integralmente respeitados, o Orçamento municipal respeita as regras da boa gestão pública, nomeadamente no que respeita ao cumprimento do equilíbrio orçamental conforme definido no artigo 40.º do RFALEI, prevendo as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a utilização do excedente das receitas correntes (11,9 M€) para o financiamento de investimento municipal.

O orçamento municipal para 2022 cumpre igualmente o pressuposto da garantia que a receita bruta corrente é superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

TABELA 1 PREVISÃO DAS RECEITAS E DOTAÇÕES DE DESPESAS, 2022

Unidade: "Euro"

	CORRENTES	CAPITAL	OUTRAS	TOTAL
RECEITAS	100 410 330	41 623 106	189 930	142 223 366
DESPESAS	88 554 136	53 669 230		142 223 366

TABELA 2 DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, 2022

Unidade: "Euro"

RECEITA CORRENTE (1)	100 410 330
DESPESA CORRENTE (2)	88 554 136
AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE EMPRÉSTIMOS (3)	4 836 606
(4) = (2) + (3)	93 380 742
REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (1) - (4) ¹	7 019 588

¹ N.º 2 do Art.º 40º da Lei 73/2013, de 03/09

ORÇAMENTO DA RECEITA

Os **Impostos Diretos**, que incluem o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama, são a principal fonte de financiamento do orçamento municipal, respondendo por 42% do seu total.

Face ao orçamento inicial de 2021, apresenta-se um aumento de 3,5% (2 M€) nos impostos diretos. Prevê-se que o IMI mantenha a estabilidade demonstrada nos últimos anos e que o mercado imobiliário se comporte em linha com a dinâmica registada em 2021, tendo o IMT, depois de uma descida em 2020, já ultrapassado a receita de 2019, apesar da crise económica derivada da Pandemia.

As **Transferências Correntes e de Capital** asseguram, no seu conjunto, 29% do orçamento, registando-se um crescimento de 31% face ao orçamento inicial de 2020 (9,5 M€). Dada a não aprovação do Orçamento de Estado para 2022, a legislação aplicável à elaboração dos orçamentos municipais determinam que sejam consideradas as transferências do Estado, relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, Participação no IRS e Participação no IVA, idênticas ao ano anterior. Assim, o aumento previsto nesta componente da receita relaciona-se diretamente com as Transferências de Capital e, em particular, com as receitas provenientes dos Fundos Europeus.

A conclusão em 2022 de grandes projetos de investimento financiados através dos Programas Operacionais do Portugal 2020, nomeadamente a remoção do amianto em estabelecimentos escolares, a requalificação do Largo de Cacilhas, a requalificação da Estrada Florestal e o investimento na recolha de resíduos urbanos biodegradáveis tem uma quota significativa nesta tipologia de receita, mas é o início da concretização dos projetos financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que justifica este forte crescimento, em particular no que respeita à execução do Acordo de Colaboração celebrado com o IHRU para implementar a Estratégia Local de Habitação através do Programa 1º Direito, cujo financiamento se suporta no PRR.

Outra fonte de financiamento relevante para o Orçamento de 2022 são os **Ativos Financeiros** (9% do total) que correspondem à libertação das verbas a aplicar em 2021 em Depósito a Prazo.

Os **Passivos Financeiros** respondem por 7% do orçamento total da receita. Está prevista a utilização integral dos 10 milhões de euros de empréstimo contratado para financiamento de projetos não dependentes de fundos europeus.

A **Venda de Bens e Serviços** é outra fonte de receita municipal, responsável por cerca de 7% do total. Nela desempenham papel relevante as receitas provenientes da recolha, encaminhamento e tratamento de resíduos urbanos, da prestação de serviços desportivos e das refeições escolares. O seu valor absoluto é semelhante à dotação inicial de 2021 apesar do crescimento previsto nos serviços relacionados com os Resíduos Urbanos, que é compensado pelas previsões mais conservadoras nas outras parcelas em que o impacto das medidas de combate à pandemia mais se faz sentir.

TABELA 3 ORÇAMENTO DA RECEITA, 2022

	Unidade: "Euro"
RECEITAS CORRENTES:	100 410 330
IMPOSTOS DIRECTOS	59 068 500
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 507 000
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 265 725
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21 401 105
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	10 088 000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80 000
RECEITAS DE CAPITAL:	41 623 106
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	60 300
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19 272 656
ACTIVOS FINANCEIROS	12 264 150
PASSIVOS FINANCEIROS	10 000 000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	26 000
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	189 930
TOTAL	142 223 366

GRÁFICO 1 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2022

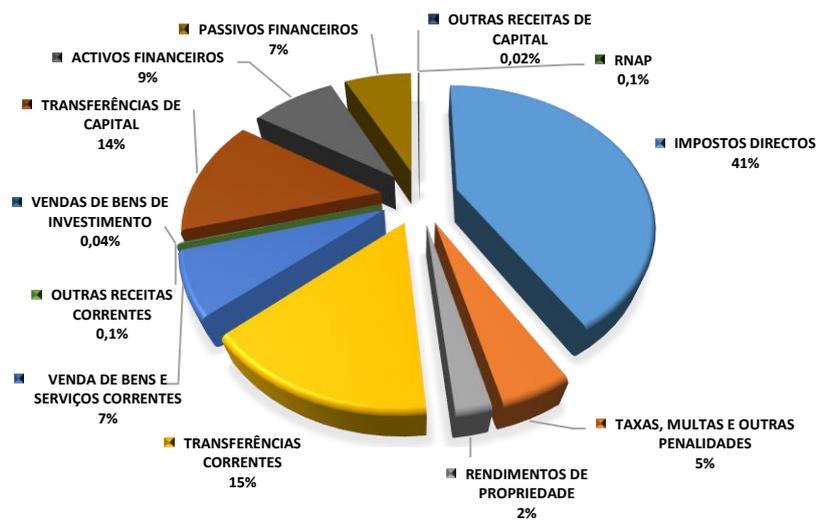


TABELA 4 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2021-2022²

	2021	2022	Variação, €	Δ, %
RECEITA EFETIVA:	107 781 379	119 959 216	12 177 837	11%
Receita corrente	97 655 667	100 410 330	2 754 663	3%
Receita de capital	10 054 715	19 358 956	9 304 241	93%
Reposições não abatidas aos pagamentos	70 997	189 930	118 933	168%
RECEITA NÃO EFETIVA:	20 264 359	22 264 150	1 999 791	10%
Receita com ativos financeiros	20 264 359	12 264 150	- 8 000 209	-39%
Receita com passivos financeiros		10 000 000	10 000 000	
RECEITA TOTAL	128 045 738	142 223 366	14 177 628	11%

TABELA 5 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR RUBRICAS, 2021-2022²

	2021	2022	Variação, €	Δ, %
RECEITAS CORRENTES:	97 655 667	100 410 330	2 754 663	3%
Impostos diretos	57 065 374	59 068 500	2 003 126	4%
Taxas, multas e outras penalidades	6 094 539	6 507 000	412 461	7%
Rendimentos de propriedade	3 043 503	3 265 725	222 222	7%
Transferências correntes	21 312 917	21 401 105	88 188	0,4%
Venda de bens e serviços correntes	10 029 890	10 088 000	58 110	1%
Outras receitas correntes	109 444	80 000	-29 444	-27%
RECEITAS DE CAPITAL:	30 319 074	41 623 106	11 304 032	37%
Vendas de bens de investimento	3 907	60 300	56 393	1443%
Transferências de capital	9 850 217	19 272 656	9 422 439	96%
Ativos financeiros	20 264 359	12 264 150	-8 000 209	-39%
Passivos financeiros		10 000 000	10 000 000	
Outras receitas de capital	200 591	26 000	-174 591	-87%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	70 997	189 930	118 933	168%
TOTAL	128 045 738	142 223 366	14 177 628	11%

² Previsões do orçamento inicial

ORÇAMENTO DA DESPESA

Correspondente à distribuição da despesa por objetivos de política, a estrutura económica do orçamento apresenta um maior peso da despesa corrente relativamente à despesa de capital.

A primeira, com cerca de 88,5M€, corresponde a 62% do total e apresenta-se principalmente afeta ao pagamento do pessoal, à aquisição de bens e serviços e a transferências correntes, as quais, em conjunto, respondem pela quase totalidade da despesa corrente.

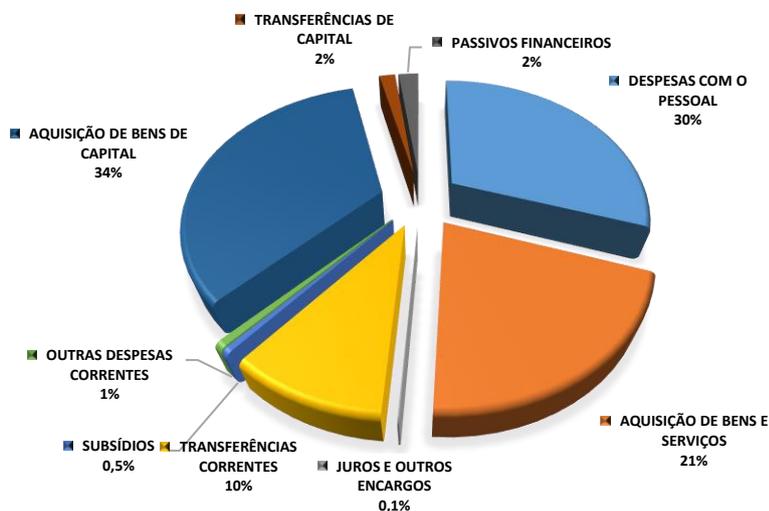
Nas despesas de capital, assume particular relevância a componente de aquisição de bens de capital. Correspondendo a 48,4 M€, o investimento mobiliza 90% da despesa de capital e mais de um terço da despesa total.

A habitação é a área que representa a maior aposta do município em 2022, para a qual serão canalizadas mais de 30% das verbas destinadas a investimento. Outras áreas com relevância são as infraestruturas viárias, as escolas e outros edifícios.

TABELA 3 ORÇAMENTO DA DESPESA, 2022

RUBRICAS DA DESPESA	VALOR, €
DESPESA CORRENTE:	88 544 136
DESPESAS COM O PESSOAL	42 899 941
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	29 692 807
JUROS E OUTROS ENCARGOS	117 300
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 209 361
SUBSÍDIOS	699 000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	935 727
DESPESA DE CAPITAL:	53 679 230
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	48 428 830
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 336 900
PASSIVOS FINANCEIROS	2 903 500
TOTAL	142 223 366

GRÁFICO 2 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2022



Em termos comparativos o orçamento da despesa para 2022 regista um aumento de cerca de 14 M €, face ao orçamento inicial de 2021, o que representa mais 11%.

A despesa corrente cresce 5%, decorrente do aumento nas despesas com o pessoal (integração da subida do salário mínimo nacional, o aumento de 0,9% nos salários da função pública e a necessária qualificação dos recursos humanos municipais) e, principalmente, nas transferências correntes, ilustrando o crescente esforço municipal em dotar as entidades locais de meios mais robustos para enfrentar os desafios que o ano de 2022 levantará.

É, no entanto, ao nível da despesa de capital que o reforço de meios financeiros mais se faz sentir, registando-se um crescimento face a 2021 na ordem dos 25%, com maior relevância nas rubricas do investimento que aumentam 28%. Esta aposta forte em termos orçamentais permitirá dotar o município dos instrumentos necessários para aceder aos volumosos apoios disponíveis no PRR, canalizando para Almada recursos fundamentais para o combate à crise económica e social que atravessamos e para a melhoria das condições de vida da população.

TABELA 4 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2021-2022³

	2021	2022	Variação, €	Δ, %
DESPESA EFETIVA:	124 884 598	139 319 866	14 435 268	12%
Despesa corrente	84 419 898	88 554 136	4 134 238	5%
Despesa de capital	40 464 700	50 765 730	10 301 030	25%
DESPESA NÃO EFETIVA:	3 161 140	2 903 500	-257 640	-8%
Despesa com passivos financeiros	3 161 140	2 903 500	- 257 640	-8%
DESPESA TOTAL	128 045 738	142 223 366	14 177 628	11%

²Dotações do orçamento inicial

TABELA 8 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE DESPESA POR RUBRICAS, 2021-2022²

ORÇAMENTO DA DESPESA	2021	2022	Variação, €	Δ, %
DESPESA CORRENTE:	84 419 898	88 554 136	4 134 238	5%
DESPESAS COM O PESSOAL	40 786 142	42 899 941	2 113 799	5%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	29 377 991	29 692 807	314 816	1%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	157 533	117 300	-40 233	-26%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 759 886	14 209 361	2 449 475	21%
SUBSÍDIOS	1 134 000	699 000	-435 000	-38%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 204 346	935 727	-268 619	-22%
DESPESA DE CAPITAL:	43 625 840	53 669 230	10 053 390	23%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	37 898 084	48 428 830	10 530 746	28%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 566 616	2 336 900	-229 716	-9%
PASSIVOS FINANCEIROS	3 161 140	2 903 500	-257 640	-8%
TOTAL	128 045 738	142 223 366	14 177 628	11%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022

POR FUNÇÕES

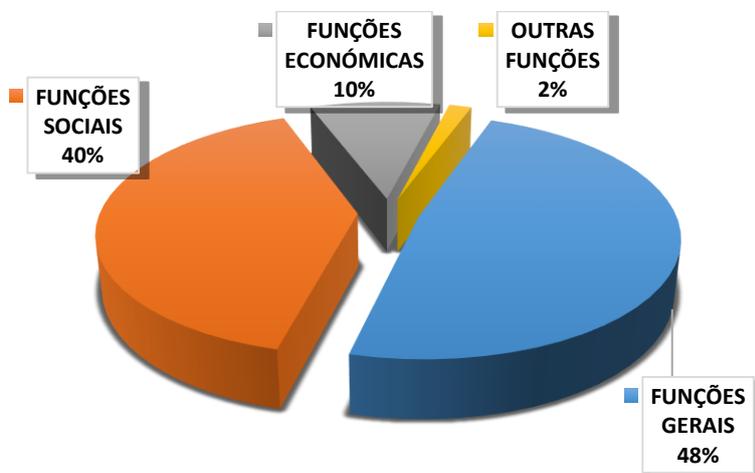
Do ponto de vista funcional, as funções gerais, que abrangem os encargos de funcionamento dos serviços, mantêm preponderância no orçamento total. Nomeadamente as despesas com o pessoal que responde por cerca de 60% do montante afeto àquelas funções.

Nas Funções Sociais, a despesa em Habitação e Serviços Coletivos constitui parte significativa do total, mobilizando cerca de 31 M€ (55%), particularmente dirigidos à Habitação (15,8 M€), Resíduos Urbanos (6,3 M€), Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (5,2 M€) e ao Ordenamento do Território (4 M€).

A despesa em Educação (13,4 M€) e em Serviços Culturais e Recreativos (11 M€) representam, em conjunto, 42% da despesa em Funções Sociais.

As Funções Económicas representam cerca de 13,6 M€, essencialmente absorvidos pelos Transportes e Comunicações, que correspondem a 83% da despesa em Funções Económicas.

GRÁFICO 3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES, 2022



POR OBJETIVOS

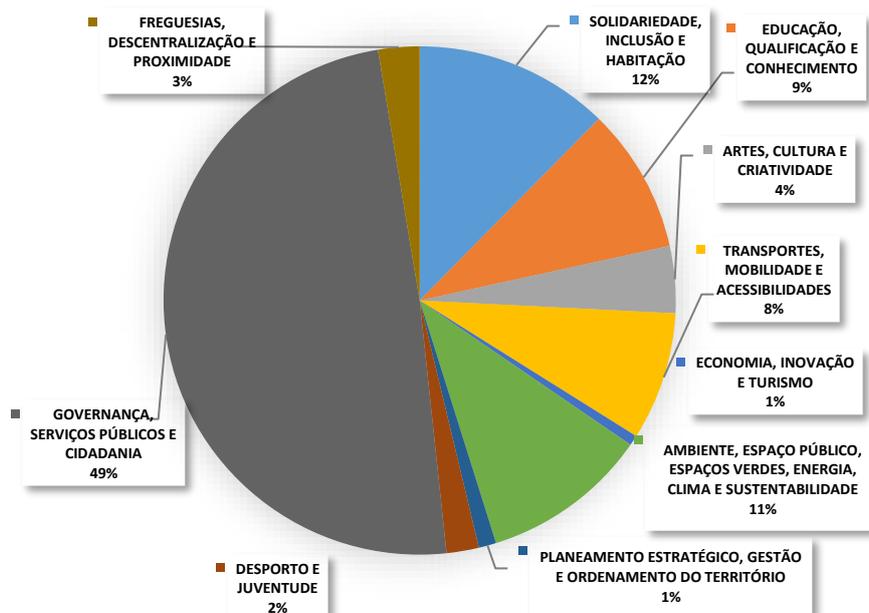
O objetivo definido nas Grandes Opções do Plano dirigido à Governança, Serviços Públicos e Cidadania constitui aquele que mobiliza a maior parte dos recursos municipais, correspondendo-lhe cerca de 49% do total disponível. Nele, a Gestão dos Serviços e Administração Geral, que inclui as despesas com o pessoal, os encargos com o funcionamento de instalações municipais, a conservação e reparação de edifícios municipais, os juros e amortizações de empréstimos e contratos de leasing, é a linha de orientação mais relevante.

Segue-se-lhe o objetivo dirigido à Solidariedade, Inclusão e Habitação para o qual são dirigidos cerca de 17,5 M€ em 2022, 12,3% do total da despesa, quase 90% dos quais destinados a investimento na habitação.

Financeiramente relevante, são também os objetivos Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade com uma dotação de 15 M€ (10,6% do orçamento), Educação, Qualificação e Conhecimento com 13,1 M€ e 9,2% da despesa total e, ainda, o objetivo Transportes, Mobilidade e Acessibilidades que responde por 8,2% da despesa no valor de 11,6 M€.

Os restantes 5 objetivos mobilizam, em conjunto, 10,7% do total do Orçamento.

GRÁFICO 4 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2022



A estrutura da despesa pelas GOP alterou-se significativamente em 2022, face ao orçamento de 2021, derivada, essencialmente, do maior peso que passou a assumir a componente de Habitação no orçamento municipal. Com um crescimento em 2022 de 293% face à dotação inicial em 2021, o Objetivo Solidariedade, Inclusão e Habitação que representava apenas 3,5% do orçamento de 2021 passa a deter 12,3% em 2022, assumindo-se como o segundo objetivo que recolhe maior dotação depois do objetivo Governança, Serviços Públicos e Cidadania, cuja importância foi atenuada de 53% para 49%, enquanto destino dos recursos financeiros do Município.

Relativamente ao Orçamento de 2021, os Objetivos que crescem mais em 2022 são a Solidariedade, Inclusão e Habitação (293%), Economia, Inovação e Turismo (80%) e os Transportes, Mobilidade e Acessibilidades (28%).

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2021-2022

